

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ COSTIN

ACESSO À JUSTIÇA E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE À PANDEMIA
COVID-19

CURITIBA

2021

BEATRIZ COSTIN

ACESSO À JUSTIÇA E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE À PANDEMIA
COVID-19

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, Curso de Graduação em Direito, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº. Dr. Marco Aurélio Serau Junior.

CURITIBA

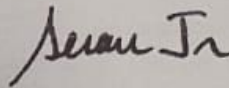
2021

TERMO DE APROVAÇÃO

ACESSO À JUSTIÇA E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE À PANDEMIA COVID-19

Beatriz Gostlin

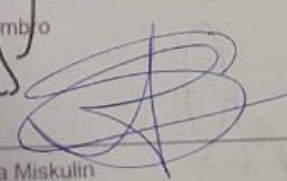
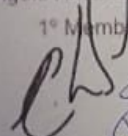
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Marco Aurélio Serau Junior
Orientador

Coorientador

Angelo Antonio Cabral
1º Membro



Ana Paula Miskulin
2º Membro

AGRADECIMENTO

Aos meus pais, Luiz Renato Costin e Elaine Cristina Bianco Costin, e irmãos, Bianca Costin e Renan Bianco Costin, por todo o apoio e amor incondicional demonstrados ao longo de toda minha trajetória.

Ao meu companheiro de vida, Lucas Neves Rodak, pela compreensão, amor e amizade irrestritos em todo esse período de trabalho e dedicação.

A minha melhor amiga, Mayla Cristine Assumpção, pela amizade, paciência e auxílio para enfrentar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa expor e problematizar a questão do acesso à justiça no Brasil, especialmente voltado ao âmbito da Justiça do Trabalho. Realiza-se um recorte específico abrangendo o acesso à justiça em período de pandemia do covid-19. Visa demonstrar os maiores impedimentos existentes para que exista um acesso a uma justiça justa e eficiente, que podem ser elencados por custas judiciais exacerbadas, juizados de pequenas causas como inviabilizadores da busca por direitos, tempo de espera excessivos e a própria (im)possibilidade das partes para obter acesso ao sistema judiciário. Aborda-se a dificuldade da busca por direitos difusos e coletivos, inerentes a todos, principalmente tratando-se do não vislumbre imediato do direito a ser alcançado. É apresentada as chamadas “Três ondas do acesso à justiça” de Cappelletti e Garth, as quais buscam possíveis soluções encontradas para o problema do acesso à justiça. Ainda, traz métodos alternativos e como devem ser aplicados, sendo eles: conciliação e mediação, juízo arbitral e incentivos econômicos. Busca-se apresentar as principais dificuldades encontradas no período da pandemia do covid-19, adentrando na inovação tecnológica que tem sido as audiências telepresenciais no âmbito da Justiça do Trabalho. Apresenta-se dados comparando a capacidade tecnológica da população e a eficácia da solução encontrada em tempos de distanciamento social. Aponta-se formas de realizar as audiências telepresenciais de maneira que os trabalhadores não acabem prejudicados, por meio dos princípios da cooperação e boa-fé, da capacitação dos servidores públicos e da triagem adequada para sua efetivação. Por fim, apresenta-se o lado positivo e negativo da utilização da mediação e conciliação em período de pandemia.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Direito do Trabalho. Pandemia. Covid-19. Audiências telepresenciais. Mediação e Conciliação.

ABSTRACT

The present paper intends to expose and problematize the issue of the access to justice in Brazil, especially in the context of the Labor Justice. It has made a specific extract approaching the access to justice in the period of the Covid-19 pandemic. Intends to demonstrate the biggest impediments there are to an efficient and fair access to justice, that can be exemplified by high cost of the judicial process, the action of Special Courts of Minor Issues as an impar to the pursuit of rights, excessive duration of the process and the impossibility to people to ingress there causes in the judiciary system. It approaches the difficulty of the pursuit of diffused and collective rights, especially because there is no glance of immediate achievement. Presents the so-called "Three waves of the access to justice" from Cappelletti and Garth, that tries to reach solutions to the problems among the theme. Yet, present alternative methods and how they should be applied, such as: mediation and conciliation, arbitration court and economic incentives. Show the main difficulties found in the period of the Covid-19 pandemic, entering the scope of the technological advances that provide the use of the virtual audiences in the context of the Labor Justice. Brings data for comparison the technological capacity of the general population and the efficiency of the found solution in times of social distancing. Points ways to do virtual audiences in a way that won't harm the workers, using the cooperation and good faith principle, the capacitation of the public servers and the right triage for it to be done. At last, approach the positive and negative aspects of the conciliation in the period of the Covid-19 pandemic.

Keywords: Access to justice. Labor Rights. Pademic. Covid-19. Virtual Audiences. Mediation and Conciliation.

SIGLAS

CEJUSCS - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPC - Código de Processo Civil

CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

EAD - Ensino a Distância

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

JEPC - Juizado Especial de Pequenas Causas

NUPEMEC - Núcleos Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas

OMS - Organização Mundial da Saúde

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

TST - Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	9
3 ACESSO À JUSTIÇA COMO DIMENSÃO PROCESSUAL	12
4 ACESSO À JUSTIÇA E SEUS IMPEDIMENTOS	15
4.1 CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	15
4.2 PEQUENAS CAUSAS	17
4.3 TEMPO	18
4.4 POSSIBILIDADE DAS PARTES	19
5 PROBLEMAS ESPECIAIS DOS INTERESSES DIFUSOS	22
6 AS ONDAS DO ACESSO À JUSTIÇA	26
6.1 A PRIMEIRA ONDA: A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA	27
6.2 A SEGUNDA ONDA: REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS	28
6.3 A TERCEIRA ONDA: NOVO ENFOQUE AO ACESSO À JUSTIÇA	29
7 MÉTODOS ALTERNATIVOS	30
7.1 CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	31
7.2 O JUÍZO ARBITRAL	32
7.3 INCENTIVOS ECONÔMICOS	33
8 ACESSO À JUSTIÇA EM ÉPOCA DE PANDEMIA	34
8.1 AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS	378
8.1.1 As audiências telepresenciais não têm o condão de substituir as audiências presenciais	390
8.1.2 Princípio da cooperação	40
8.1.3 Boa-fé	41
8.1.4 Capacitação	42
8.1.5 Triagem adequada	43
8.1.6 Eliminação da falácia da ultra complexidade generalizada das audiências	43
8.2 MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO EM PERÍODO DE PANDEMIA	44
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é um direito social previsto na Constituição Federal de 1988. É dever do Estado garantir este direito e por este motivo, as demandas de judicialização de direitos sociais estão cada vez mais altas. Os direitos sociais, como o acesso à justiça, estão diretamente ligados com o direito de igualdade e é o que possibilita melhores condições de vida aos mais fracos.

Inicialmente é vislumbrado o acesso à justiça como dimensão processual, ou seja, o direito formal ao acesso à justiça, consagrado constitucionalmente pelo direito de ação. Apesar de ser um direito material, está diretamente ligado a princípios constitucionais, como o princípio da dignidade da pessoa humana. Desta forma, não basta apenas a possibilidade de pleitear uma ação judicial, mas sim a prestação de uma tutela jurisdicional justa e efetiva.

Apresenta-se uma série de impedimentos ao acesso à justiça, primeiramente quanto às elevadas custas judiciais no ordenamento jurídico brasileiro e os desdobramentos para o acesso à justiça. Ainda, trata-se da questão dos honorários de sucumbência trazidos pela Reforma Trabalhista e de que maneira isso gerou mais um obstáculo ao acesso à justiça efetiva.

Outro impedimento apresentado é o das ações de pequenos valores, perpassando pela desmotivação de dar-se início a um pleito de direito quando não são vistos valores expressivos em seus resultados. Ademais, o obstáculo do tempo exacerbado de espera para uma solução de litígio é outra característica desmotivadora que defasa o acesso à justiça.

Por fim, a possibilidade das partes é apresentada como ponto central quando trata-se de denegação de acesso efetivo à justiça. É abordada a questão da possibilidade financeira das partes, tanto quanto a aptidão das partes para reconhecer um direito e propor uma ação.

Ademais, é abordada a questão dos interesses difusos, os quais são interesses coletivos cujo prêmio é pequeno demais para induzi-lo a tentarem uma ação. A este respeito, depara-se com o princípio da dignidade humana conjuntamente com a concepção de um Estado Democrático de Direito, o qual está intrinsecamente ligado ao acesso à justiça para a proteção dos direitos básicos.

Então, passa-se a análise das Três Ondas do Acesso à Justiça que serviriam de base para superação dos obstáculos ao acesso à justiça. A primeira diz respeito à

assistência judiciária gratuita e de institutos como a Defensoria Pública. A segunda trata da representação dos direitos difusos, como por exemplo, pelo Ministério Público. A terceira e última trata do novo enfoque a ser dado ao acesso à justiça, por meio de uma nova mentalidade e de métodos alternativos de resolução de conflitos.

Desta maneira, são abordados os métodos alternativos como conciliação e mediação como forma de ultrapassar uma das barreiras do acesso à justiça. O juízo arbitral como outra forma. Por fim, os chamados incentivos econômicos.

Finalmente, após uma breve explicação a respeito do período de Pandemia do COVID-19, aborda-se de que maneira o Poder Judiciário lidou com a situação enfrentada. Uma das adaptações trazidas foram as audiências telepresenciais e de que maneira elas têm auxiliado ou prejudicado o acesso à justiça. Apresenta-se formas de encarar a realidade das audiências virtuais de forma positiva, por meio de princípios como o da cooperação e boa-fé. Por fim, aborda-se uma breve análise dos institutos de mediação e conciliação em período de pandemia, conjuntamente com uma conclusão a respeito dos institutos e suas vantagens e desvantagens.

2 JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

O direito ao acesso à proteção judicial, segundo Cappelletti e Garth (1988), significava essencialmente o direito formal do indivíduo agravado de propor ou contestar uma ação. Este acesso, apesar de considerado um “direito natural”, não necessitava de uma ação do Estado para sua proteção. Desta forma, o Estado permanecia passivo com relação a problemas como a aptidão de uma pessoa para reconhecer seus direitos e defendê-los na prática.

Os autores ressaltam que a justiça, historicamente, só podia ser obtida por aqueles que pudessem enfrentar seus custos. Então, o acesso à justiça existia apenas formalmente, por igualdade formal, porém não efetiva.

Os referidos autores aduzem que à medida que as sociedades cresceram em tamanho e complexidade, o conceito de direitos humanos começou a sofrer uma transformação radical. Sociedades modernas conduzidas por coletividades, refletiram nas “declarações de direitos” típicas dos séculos XVIII e XIX. A partir de então passou a serem reconhecidos os direitos e deveres sociais dos governos. Conjuntamente com esses direitos, exemplificado pelo preâmbulo da Constituição Francesa de 1946, existiu a necessidade de tornar efetivos e de fato acessíveis a todos, os direitos antes proclamados. Na elaboração da citada Constituição, mediante Teixeira e Finger (2016), as assembleias constituintes concentraram-se em discussões em torno da matéria do controle de constitucionalidade das leis, tendo em vista as notórias violações de direitos humanos ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, seria necessária a elaboração de meios de garantir a proteção de certas liberdades fundamentais.

Cappelletti e Garth (1988) concluem quanto ao direito ao acesso efetivo, da seguinte maneira:

De fato, o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 11-12).

Os direitos sociais são direitos de conteúdo econômico e social. Silva (2014) cita como exemplo do imbricamento das naturezas econômica e social os direitos dos trabalhadores que, sendo um componente das relações de produção, foram incluídos no artigo 7º da Constituição Federal¹ como espécie dos direitos sociais:

Em certo sentido, pode-se admitir que os direitos econômicos constituirão pressupostos da existência dos direitos sociais, pois sem uma política econômica orientada para a intervenção e participação estatal na economia não se comporão as premissas necessárias ao surgimento de um regime democrático de conteúdo tutelar dos fracos e mais numerosos (SILVA, 2014, p.186).

¹ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei; XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XXIV - aposentadoria; XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei; XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso

Silva (2014) aduz que os direitos sociais se apresentam como prestações positivas a ser implementadas pelo Estado, a fim de possibilitar condições melhores de vida aos mais fracos, estes que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. Para o autor, os direitos sociais, segundo a concepção constitucionalista, são aqueles proporcionadores do exercício efetivo da liberdade na Constituição Federal. Dentre as espécies de direitos sociais, o autor cita os direitos à alimentação, à segurança, ao trabalho, à moradia, ao lazer e à previdência social. Todos estes amparados constitucionalmente.

Esta evidencialização dos direitos sociais na CF faz com que o poder judiciário seja invocado em face da omissão do Estado em garantir tais direitos. Silva (2014) aduz que os direitos sociais se ligam com o direito de igualdade e se efetivam através de prestações positivas proporcionadas pelo Estado que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos.

Entre os anos de 2008 e 2017, o número de demandas judiciais relativas à saúde registrou um aumento de 130%, conforme revela a pesquisa “Judicialização da Saúde no Brasil: Perfil das demandas, causas e propostas de solução” (MELO, 2019). Podemos observar que a grande maioria dos processos se referem à saúde, a qual é requisito básico para uma existência digna, do qual irá decorrer o exercício dos demais direitos.

Mendes (2012) ressalta que diante da judicialização dos direitos sociais, salienta que não cabe ao Poder Judiciário formular políticas sociais e econômicas, cabendo-lhe ater-se à verificação das políticas de implementação de direitos no que concerne aos ditames constitucionais do acesso universal e igualitário.

3 ACESSO À JUSTIÇA COMO DIMENSÃO PROCESSUAL

O artigo 5º, XXXV da CF determina que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. O referido artigo é o fundamento para o direito constitucional do direito de ação ou do princípio da inafastabilidade da jurisdição, que não se confunde com o direito ao acesso à tutela jurisdicional. Leonel leciona da seguinte forma:

a) o artigo 5º, XXXV, da CF de 1.988 é o fundamento tanto do direito constitucional de ação, como do direito à tutela jurisdicional; b) a tutela jurisdicional decorre do exercício do direito de ação, mas não se confunde com ele; c) o conceito de tutela jurisdicional identifica-se com a proteção, resultante do processo outorgada pelo Estado-juiz ao litigante vencedor; proteção essa que se projeta tanto no plano jurídico (proteção do patrimônio jurídico) como no plano prático (entrega do bem da vida, resultado concreto do processo para o vencedor) (LEONEL, 2010, p. 17).

A garantia constitucional do acesso à justiça é consagrada na maior parte das Constituições dos Estados Democráticos de Direitos, neste contexto está o Brasil. Robert e Séguin (2000) observam que o conceito de acesso à justiça apresentou considerável evolução, não somente significando o acesso aos tribunais, mediante isenção de custas, taxas e emolumentos, mas também, e principalmente, ao acesso ao direito.

Cintra, Grinover e Dinamarco (1999) ensinam que acesso à justiça não se identifica com a mera admissão ao processo, mas, para sua integralidade, é preciso de mais. Constatam que o acesso à justiça é a ideia central a que converge toda a oferta constitucional e legal desses princípios e garantias. Os autores elencam a dinâmica dos princípios e garantias do processo da seguinte forma:

Assim, (a) oferecesse a mais ampla admissão de pessoas e causas ao processo (universalidade da jurisdição), depois (b) garante-se a todas elas (no cível e no criminal) a observância das regras consubstanciam o devido processo legal, para que (c) possam participar intensamente da formação do convencimento do juiz que irá julgar a causa (princípio do contraditório), podendo exigir dele a (d) efetividade de uma participação em diálogo, tudo isso com vistas a preparar uma solução que seja justa, seja capaz de eliminar todo resíduo de insatisfação (CINTRA, PELLEGRINI e DINAMARCO, 1999, p. 33).

Dosso (2016) ressalta que à primeira vista, o direito ao acesso à justiça parece ter índole processual, posto que se dá mediante o exercício do direito de ação (CPC,

artigos 262 e 263)², ensejando o nascimento do processo. Entretanto, Souza (2012) aduz que o direito ao acesso à justiça retrata um direito de natureza eminentemente material, direito humano fundamental ligado à dignidade da pessoa humana. Ainda, o autor observa que a violação do direito ao acesso à justiça não se limita à norma processual, mas a violação ou supressão de direito fundamental da pessoa humana.

Considerando o cunho processual do direito de ação, importante refletir a respeito do dispositivo constitucional, artigo 5º, XXXV³, o qual infere-se que o Poder Judiciário, desde que haja plausibilidade da ameaça ao de direito, é obrigado a efetivar o pedido de prestação jurisdicional aduzido pela parte regularmente (DOSSO, 2016).

A esse respeito, Nelson Nery Jr. explica:

[...] o direito de ação é um direito cívico e abstrato, vale dizer é um direito subjetivo à sentença tout court, seja essa de acolhimento ou de rejeição da pretensão, desde que preenchidas as condições da ação. [...] A necessidade de serem preenchidas as condições da ação (CPC art. 267, VI) e os pressupostos processuais (CPC, art. 267, IV), serem observados os prazos para o exercício do direito de ação, bem como de serem obedecidas às formas dos atos processuais significam limitações naturais e legítimas ao exercício do direito de ação (NERY JÚNIOR, 1999, p. 96-97).

Corroborando o exposto, segundo o autor Muller (2013), garantir, entretanto, o acesso ao Poder Judiciário ou ao mero direito de pleitear a intervenção do Estado em situações de crise, não basta. A prestação de uma tutela jurisdicional justa, efetiva, tempestiva, adequada e com a participação efetiva das partes, é a pedra angular de um Estado Democrático e de Direito que tem por fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e que se preocupa em assegurar o exercício dos direitos, da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça. Ainda segundo Muller (2013), a concretização do direito ao acesso à justiça, em sua dimensão mais ampla, depende da prestação de uma tutela jurisdicional justa, efetiva, tempestiva e com a participação efetiva das partes.

² Os referidos artigos foram alterados pelo Código de Processo Civil de 2015 (Lei 13.105 de 2015), m entretanto, o conteúdo observado por Dosso (2016) no artigo “A dimensão do direito ao acesso à justiça e os princípios da efetividade da jurisdição e da duração razoável do processo” se dá através do artigo 312 do CPC de 2015 que alterou os artigos 262 e 263. Art. 312. Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.

³ Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

4 ACESSO À JUSTIÇA E SEUS IMPEDIMENTOS

4.1 CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Watanabe (2019) observa que o acesso à justiça não se trata de possibilitá-lo apenas enquanto instituição estatal e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa. O referido autor aduz que deve-se pensar na ordem jurídica e nas respectivas instituições, pela perspectiva do consumidor, ou seja do destinatário das normas jurídicas, que é o povo.

Segundo Watanabe (2019), a Justiça deve ser organizada para um país de determinadas características sociais, políticas, econômicas e culturais. Alude o autor que os cientistas políticos acentuam que o Brasil é um país marcado por contradições nestas citadas características. Para ele, a crise econômico-financeira que o país enfrenta é, em parte, fruto da conjuntura internacional e, em parte bem maior, dos problemas estruturais de organização política, de distribuição de renda, de produção, de estrutura fundiária e de estratégia inadequada de canalização e resolução de conflitos decorrentes de toda essa desorganização social. O autor explica sobre a realidade enfrentada:

A estratégia tem consistido, basicamente, em concessão de novos direitos sociais às classes sociais em geral e em especial às classes mais desfavorecidas, tudo isso representando um elevado custo para o Estado, que o obriga a intervir mais e mais, sempre com vistas à captação de mais recursos financeiros (WATANABE, 2019, p. 4).

Somados à situação econômica e financeira enfrentada pelo país, devemos nos atentar aos obstáculos existentes a um acesso efetivo à justiça. Ao tratar do assunto, Cappelletti e Garth (1988) observam já à época que a resolução formal de litígios, particularmente nos tribunais, é muito dispendiosa. Estes altos custos também agem como uma barreira poderosa sob o sistema mais amplamente difundido, que impõe ao vencido o ônus da sucumbência. Os autores ressaltam que a mais importante despesa individual para os litigantes consiste nos honorários advocatícios, exemplificando que algumas vezes o custo de determinado serviço pode exceder ao custo horário. Concluem que qualquer tentativa realística de enfrentar os problemas de acesso deve começar por reconhecer a situação de que os advogados e seus serviços são muito caros.

No Brasil em 2017 deu-se início a chamada Reforma Trabalhista, a qual reformulou a Consolidação das Leis Trabalhistas. Nela foram alterados uma série de direitos dos trabalhadores. Uma delas foi a introdução ao judiciário da restrição da gratuidade, por meio do artigo 790, § 4º da CLT⁴. A partir de então, segundo Patrícia Rita Correia (2019), observou-se a fixação de novos parâmetros para concessão da justiça gratuita, ou seja, ficou condicionada ao recebimento de salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social vigente no ano e a necessidade de comprovação da insuficiência de recursos para custear as despesas do processo, respectivamente. A este respeito, explica Correia (2019):

Estes requisitos dificultaram o ajuizamento de ações judiciais, considerando que antes da mudança bastava a simples apresentação de declaração de hipossuficiência no bojo da petição inicial, pressupondo miserabilidade absoluta, como mencionado. No entanto, com a “reforma trabalhista”, passou-se a exigir a comprovação patente da insuficiência de recursos para isenção das despesas processuais, configurando a presunção legal relativa à miserabilidade. Neste sentido, a “reforma trabalhista” se contrapôs aos demais ordenamentos existentes, em flagrante violação, inclusive, ao direito subjetivo de acesso à justiça, consagrado na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XXXV (CORREIA, 2019, p. 13).

Outra modificação na esfera da Justiça Trabalhista relativa ao tema, são os casos de cobrança de honorários advocatícios, mediante o artigo 791-A e §§ 1º ao 5º, da CLT, devidos pela parte sucumbente, como explica Correia (2019), fixados entre

⁴ Art. 790. Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho. § 4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

⁵ Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. § 1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. § 2º Ao fixar os honorários, o juízo observará: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. 3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. § 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. § 5º São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

5% e 15%, sobre o valor da condenação ou, se não mensurável, sobre o valor da causa, como dispõe o texto do caput do referido artigo.

A autora enfatiza o § 4º do artigo 791-A, o qual estabelece o pagamento de honorários de sucumbência na ação trabalhista pelo beneficiário da justiça gratuita. Neste caso, se não obtiver créditos suficiente para suportar as despesas processuais, fica o seu pagamento sob a condição suspensiva de exigibilidade e, somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, demonstrar que não mais subsiste o seu estado de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade da justiça. Decorrido o prazo de dois anos sem mudança da situação econômica do demandante, extingue-se a obrigação do beneficiário (CORREIA, 2019).

A respeito do assunto, Watanabe (2019) propõe que a solução para os problemas econômicos dispostos acima é de que o objetivo a ser perseguido é o de canalizar para o Judiciário todos os conflitos de interesses, mesmo os de pequena expressão, uma vez que que é aí o locus próprio para sua solução:

A estratégia fundamental para o atingimento dessa meta está na facilitação do acesso à justiça. Essa é a ideia chave do JEPC (Juizado Especial de Pequenas Causas). O Acesso é facilitado pela gratuidade em 1º grau (O litigante que tiver condições financeiras terá de pagar custas na fase recursal) e pela possibilidade de ingresso direto no juizado (A assistência de advogado é facultativa; querendo, o interessado poderá ter o patrocínio da causa por um profissional do Direito; a lei prevê o funcionamento do Serviço de Assistência Judiciário junto ao próprio juizado) (WATANABE, 2019, p.13-14).

Em seguida, abordaremos uma análise a respeito do impedimento chamado de “Pequenas Causas” por Cappelletti e Garth (1988).

4.2 PEQUENAS CAUSAS

Causas que envolvem somas relativamente pequenas são mais prejudicadas pela barreira dos custos; se o litígio tiver de ser decidido por processos judiciais formais, os custos podem exceder o montante da controvérsia, ou, se isso não acontecer, podem consumir o conteúdo do pedido a ponto de tornar a demanda uma futilidade (CAPPELLETTI e GARTH, 1988). A partir da lógica de que estas pequenas causas acabariam afastando o acesso à justiça efetiva, Watanabe (2019) propõe a chamada Exposição de Motivos, sendo que um deles traz o tratamento processual

inadequado das causas de reduzido valor econômico e consequente inaptidão do Judiciário atual para a solução barata e rápida desta espécie de controvérsia. Conforme citado anteriormente, a proposta do Juizado Especial de Pequenas Causas é a facilitação do acesso à Justiça pela gratuidade em 1º grau e a possibilidade de ingresso direto no Juizado.

Watanabe (2019) ressalta ainda que outra grande preocupação do JEPC foi remover a ideia negativa de que não vale a pena ir à Justiça, a lei procurou dar particular importância à conciliação, que será discorrido a respeito em seguida. O autor explica que o JEPC tem a implantação menos onerosa pois supõe o aproveitamento da capacidade ociosa dos equipamentos materiais já existentes e poucos gastos em elementos pessoais.

4.3 TEMPO

O princípio constitucional do acesso substancial à justiça e à ordem jurídica justa está previsto no artigo 5º, XXXV da CF⁶, assim como o inciso LXXVIII prevê que “A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Segundo Schiavi (2015), o princípio da duração razoável do processo, se trata de princípio inserido como uma garantia fundamental processual a fim de que a decisão seja proferida em tempo razoável. O autor ressalta que a duração razoável do processo deve ser avaliada no caso concreto, segundo o volume de processos em cada órgão jurisdicional, a quantidade de funcionários, condições materiais e quantidade de magistrados.

Schiavi (2015) aduz que no processo do trabalho, a necessidade da tramitação célere é potencializada em razão da natureza alimentar da maioria das verbas postuladas; assim como da hipossuficiência do trabalhador; e da justiça social. Desta forma reflete o artigo 765 da CLT⁷. O magistrado entende que a duração razoável do processo deve observar a complexidade da causa, considerando as complexidades das demandas, pois quando a tramitação é mais longa, exige uma

⁶ Art. 5º XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

⁷ Art. 765 - Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

instrução mais detalhada, assim como discussões de teses jurídicas e maior ponderação do órgão julgador. Deve-se levar em consideração também a estrutura e quantidade de processos em cada Unidade Judiciária. Por fim, importa observar o comportamento das partes no processo. Este, é fundamental para a solução rápida do conflito. Quanto à colaboração das partes, principalmente honestidade e boa-fé nas alegações, nos pedidos, e nas teses defensivas, produção das provas, o processo se resolve com maior brevidade e a decisão, potencialmente, revelará, maior justiça e realidade (SCHIAVI, 2015)

No Brasil, atualmente, o tempo médio de tramitação de processos se dá da seguinte forma, mediante dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST, [S.d.]a): em 2019, a tramitação levou em média 246 dias para julgamentos de 1ª instância, 307 dias em julgamentos de 2ª instância e 541 dias para julgamentos no próprio TST .

Cappelletti e Garth (1988) explicam que os efeitos dessas demoras por decisões exequíveis, podem ser devastadores. Essa delonga aumenta os custos para as partes e pressiona os economicamente fracos a abandonar suas causas, ou a aceitar acordos por valores muito inferiores àqueles a que teriam direito.

4.4 POSSIBILIDADE DAS PARTES

A possibilidade das partes para Cappelletti e Garth (1988), é ponto central quando se cogita da denegação ou da garantia de acesso efetivo. Os autores ressaltam que existem estudos das vantagens e desvantagens básicas para determinados litigantes. A primeira questão abordada, diz respeito aos recursos financeiros das partes. Pessoas ou organizações que possuam recursos financeiros consideráveis a serem utilizados têm vantagens óbvias ao propor ou defender demandas. Em primeiro lugar, elas podem pagar para litigar. Podem, além disso, suportar as delongas do litígio (CAPPELLETTI e GARTH, 1988). Entendem também:

Cada uma dessas capacidades, em mãos de uma única das partes, pode ser uma arma poderosa; a ameaça de litígio torna-se tanto plausível quanto efetiva. De modo similar, uma das partes pode ser capaz de fazer gastos maiores que a outra e, como resultado, apresentar seus argumentos de maneira mais eficiente. Julgadores passivos, apesar de suas outras e mais admiráveis características, exacerbam claramente esse problema, por deixarem às partes a tarefa de obter e apresentar as provas, desenvolver e discutir a causa. (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 21-22).

Com o advento da Reforma Trabalhista, a dificuldade para comprovar a hipossuficiência nos processos trabalhistas ganhou uma maior complexidade. Até o advento da Lei nº 13.567/2017, a concessão do benefício da justiça gratuita no processo do trabalho, contemplava duas hipóteses de concessão, a requerimento ou de ofício⁸.

A Lei nº 13.567/2017 acrescentou a redação do §4º do artigo 790⁹. Neste, foi possível identificar mudanças: a impossibilidade de concessão, de ofício, do benefício da justiça gratuita àqueles que recebam salário superior a 40% do teto do INSS¹⁰, passando a ser a única possibilidade de concessão do benefício da justiça gratuita.

Além da questão abordada, a Lei nº 13.567/2017 em seu artigo 791-A traz o dever de pagamento de honorários de sucumbência. O artigo prevê a possibilidade do pagamento de honorários sucumbenciais pelo vencido, mesmo que seja beneficiário da justiça gratuita, devendo dos créditos que porventura vier a receber no processo, ser descontado o valor da referida condenação. Neste sentido, pensa o doutrinador Mauro Schiavi (2017):

A previsão da sucumbência recíproca configura a alteração mais significativa da novel legislação, pois altera, em muito, o protecionismo processual que é um dos pilares de sustentação do processo trabalhista e, pode em muitos casos inviabilizar ou ser um fator inibitório do acesso à justiça da parte economicamente fraca (SCHIAVI, 2017, p.85).

Além das situações trazidas pela Reforma Trabalhista que vieram a inibir ainda mais o acesso à justiça no Brasil, conforme exposto, deve-se levar em consideração a aptidão das partes para reconhecer um direito e propor uma ação ou sua defesa. Cappelletti e Garth (1988) explicam que a “capacidade jurídica” pessoal,

⁸ Art. 790. Nos casos de dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado pelo presidente do Tribunal. § 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. (Lei 5.452/1943)

⁹ Art. 790. Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002) § 4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

¹⁰ Atualmente, em 02 de fevereiro de 2021, o valor do teto do INSS é de R\$ 6.433,57, segundo dados retirados do site do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/01/beneficios-acima-do-minimo-tem-reajuste-de-5-45>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

se se relaciona com as vantagens de recursos financeiros e diferenças de educação, meio e status social, é um conceito muito mais rico e de crucial importância na determinação da acessibilidade da justiça. Ela enfoca as inúmeras barreiras que precisam ser pessoalmente superadas, antes que um direito possa ser efetivamente reivindicado através do nosso aparelho judiciário. Muitas das pessoas comuns não podem - ou, ao menos, não conseguem - superar essas barreiras na maioria dos tipos de processos (CAPPELLETTI e GARTH, 1988).

Os autores explicam que o primeiro nível está a questão de reconhecer a existência de um direito juridicamente exigível, este é uma barreira séria para os chamados despossuídos, mas não afeta apenas os pobres, pois diz respeito a toda a população em muitos tipos de conflitos que envolvem direitos. Segundo Cappelletti e Garth (1988), falta-lhes o conhecimento jurídico básico não apenas para fazer objeções, mas até mesmo para perceber que sejam passíveis de objeção. Por fim, aduzem que as pessoas têm limitados conhecimentos a respeito da maneira de ajuizar uma demanda.

A respeito do assunto, Watanabe (2019) interpreta a sociedade moderna e a sua complexidade. Explica que a complexidade não atinge apenas a estrutura da sociedade e as atividades econômicas pela multiplicidade de campos de atuação e pelos conhecimentos especializados que tais atividades reclamam, como também o cidadão em suas diversas atividades cotidianas e em sua vida de relação presidida pela economia de massa, regulada por um cipoal de leis e orientada por uma massa assistemática de informações de todas as espécies, muitas delas orientadas para um incontrolável consumismo.

Ainda, Watanabe (2019) observa a respeito da incrível velocidade em que se processam as transformações sociais no mundo contemporâneo, cuja percepção foge até mesmo ao segmento mais instruído da sociedade. Quanto a esse estado das coisas, explica algumas consequências que por elas são geradas:

- a) incremento assustador de conflitos de interesses, muitos dos quais de configuração coletiva pela afetação, a um só tempo, da esfera de interesses de um grande número de pessoas;
- b) impossibilidade de conhecimento da existência de um direito, mormente por parte da camada mais humilde da população;
- c) impossibilidade de avaliação crítica do sistema jurídico do país, somente factível através de pesquisa permanente feita por especialistas de várias áreas e orientada à aferição da adequação entre a ordem jurídica e a realidade socioeconômica a que se destina. (WATANABE, 2019, p. 6-7).

Por fim, Watanabe (2019) observa que que estes aspectos supracitados, como o concernente à correta preordenação dos instrumentos processuais, devem ser corretamente enfrentados para que o ideal de acesso à justiça possa ser plenamente atingido.

5 PROBLEMAS ESPECIAIS DOS INTERESSES DIFUSOS

Interesses difusos são interesses fragmentados ou coletivos, tais como o direito ao ambiente saudável, ou à proteção do consumidor; o problema básico que eles apresentam - a razão de sua natureza difusa - é que, ou ninguém tem direito a corrigir a lesão a um interesse coletivo, ou o prêmio para qualquer indivíduo buscar essa correção é pequeno demais para induzi-lo a tentar uma ação (CAPPELLETTI e GARTH, 1988).

Segundo Cappelletti e Garth (1988), esta situação cria barreiras ao acesso, pois as pessoas que possuem algum interesse difuso (inerente à comunidade) não terão qualquer interesse financeiro direto em jogo. E mesmo que um indivíduo entre com uma demanda individual, ela pode ser ineficiente para obter o cumprimento da lei, havendo a necessidade de conexão de processos, para a reivindicação eficiente dos direitos difusos.

Cappelletti e Garth (1988) aduzem que outra barreira se relaciona precisamente com a questão da reunião, conforme se vê:

As várias partes interessadas, mesmo quando lhes seja possível organizar-se e demandar, podem estar dispersas, carecer da necessária informação ou simplesmente ser incapazes de combinar uma estratégia comum. Esse problema é mais exacerbado pelo, assim chamado, “livre-atirador” - uma pessoa que não contribui para a demanda, mas não pode ser excluída de seus benefícios: por exemplo, a suspensão das obras da barragem. Em suma, podemos dizer que, embora as pessoas na coletividade tenham razões bastantes para reivindicar um interesse difuso, as barreiras à sua organização podem, ainda assim, evitar que esse interesse seja unificado e expresso. (CAPPELLETTI E GARTH, 1988, p. 27-28).

Referente ao tema, Cappelletti e Garth (1988) concluem que a posição de muitos países é de recusar qualquer ação privada e continuar, em vez disso, a confiar na máquina governamental para proteger os interesses difusos. Para ambos, é profundamente necessário, mas reconhecidamente difícil, mobilizar energia privada para superar a fraqueza da máquina governamental.

O nosso sistema jurídico, tal como existe atualmente, já permite a tutela jurisdicional dos interesses difusos, ainda que de modo incipiente, mas de qualquer forma uma tutela muito mais abrangente e bem mais efetiva do que aquela que vem sendo dada pelo nosso Judiciário (WATANABE, 2019).

Watanabe (2019) conceitua interesses difusos da seguinte maneira: na concepção tradicional, à ideia de interesse ou direito está sempre ligada à de respectivo titular. As relações jurídicas podem estabelecer-se na configuração mais simples, entre indivíduo e indivíduo (relações interindividuais), ou entre mais de um titular, no polo ativo ou passivo, ou em ambos (relações plurisubjetivas). Quando a relação entre as pessoas se estabelece por dados de fato, como a circunstância de serem habitantes de uma mesma região, ou de estarem sujeitos a uma idêntica condição desfavorável de vida ou ainda de serem consumidores de um determinado produto, há uma indefinição do número de pessoas e entre elas inexistente uma relação-base - tem-se aí o chamado interesse difuso (WATANABE, 2019).

Conforme citado anteriormente, Cappelletti e Garth (1988) aduzem que ao Estado não importava a incapacidade de muitas pessoas utilizarem plenamente a justiça e as suas instituições, as quais constituíam um privilégio daqueles que pudessem arcar com os seus elevados custos.

Segundo Santos (2001), as mudanças ocorridas nesse cenário decorrem, em grande parte, do advento do novo modelo econômico introduzido pelo Estado Social (Welfare State¹¹), mais ajustado à nova realidade social, marcada por uma acentuada complexidade e massificação. Inicia-se, portanto, uma nova fase, cuja nota, sem dúvida emblemática, é o reconhecimento de direitos e deveres sociais por parte dos governos, comunidades, associações e indivíduos.

Para Duarte (2007), dois são os princípios que consubstanciam o substrato jurídico-constitucional relativo ao acesso à justiça: a dignidade da pessoa humana e o Estado de Direito. O primeiro é explicado por Castanheira Neves que “o direito não pode sequer pensar-se se não for pensado através da pessoa e para a pessoa, pois emerge indubitável o papel desempenhado pela dignidade da pessoa humana, o qual serve como fundamento para a própria Constituição Federal”. (1995, p.40)

Quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana inerentes à prestação jurisdicional, Duarte (2007) explica:

¹¹ A definição de Welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefício sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. GOMES, Fábio G. *Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. Artigo apresentado no I Seminário de Administração Política na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2005.

Tendo isto em mente, revela-se inconcebível que os indivíduos não disponham dos meios necessários para reivindicar a prestação jurisdicional junto aos órgãos competentes por ela responsáveis. Por outros termos, somente poder-se-á falar de dignidade da pessoa humana em um regime no qual os cidadãos contem com os mecanismos de acesso ao Poder Judiciário para fazer valer os seus direitos, notadamente aqueles direitos que gozam de especial relevo constitucional, tal como o meio ambiente, erigido à qualidade de direito fundamental (DUARTE, 2007. p. 87).

Bacal (2010) assegura que quanto ao segundo princípio, partimos da premissa de que o Estado, na sua concepção pós moderna, é um Estado de direito democrático, afirmação da qual resulta a estreita articulação entre o Estado de Direito e a Democracia, inevitável constitui também consignar a ligação entre Estado de Direito e o acesso à justiça para a proteção dos mais básicos direitos.

Neste sentido, Duarte (2007) sustenta que não se pode falar em Estado democrático de direito sem que aos cidadãos seja garantida, em toda sua plenitude, a possibilidade de, em igualdade de condições, socorrer-se aos tribunais para a tutela das respectivas posições jurídicas subjetivas. Cuida-se do direito geral de proteção jurídica, cujo asseguramento é dever inarredável do Estado em face dos cidadãos sendo, ainda, uma imposição do ideal democrático.

Watanabe (2019) ressalta que a efetiva tutela dos interesses difusos exigirá a reformulação não apenas da legitimação para agir (Pessoas físicas, jurídicas, associações que agem por interesses de um grupo ou de uma categoria ou mesmo de uma coletividade inteira, ideologicamente representados), como também de vários outros institutos processuais, e será necessário igualmente reelaborar os conceitos de jurisdição, ação e processo.

Ademais, Watanabe (2019) admite que com a legitimação dos corpos intermediários, a ação não será mais um simples instrumento de realização do direito objetivo e, por via de consequência, tutela de um direito subjetivo. Muito mais do que isso, será uma forma de participação pública através do Judiciário, como instrumento de racionalização do poder. Para o autor, esta participação pública está diretamente ligada a um instrumento de viabilização da democracia, conforme se vê:

O poder, como é sabido, é exercido, política e economicamente, também no campo privado, principalmente pelas empresas que operam na economia de massa em que vivemos, e disso evidentemente resultam conflitos de interesses, que cada vez mais assumem configuração metaindividual, atingindo um grande número de pessoas. Bem por isso, passaram a ter fundamental importância política os instrumentos de racionalização do poder.

Aliás, a participação pública através do Judiciário é um instrumento de viabilização da democracia que o nosso Constituinte intuiu ao instituir a ação popular constitucional - art. 153, § 31, CF (WATANABE, 2019, p. 262).

Por fim, o Professor Watanabe (2019) conclui que a jurisdição, juntamente com a ação e o processo, assumirá maior relevância política, pois, por meio dela, o Estado não se limitará a solucionar os conflitos intersubjetivos de interesses ou mesmo conflitos metaindividuais, mas passará a promover também a função promocional do Direito (ARAÚJO, 2017).

6 AS ONDAS DO ACESSO À JUSTIÇA

Ante aos impasses ao efetivo acesso à justiça demonstrados acima, apresentaremos soluções trazidas por Cappelletti e Garth (1988) para os obstáculos existentes ao acesso à justiça.

6.1 A PRIMEIRA ONDA: A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A primeira onda de Cappelletti e Garth (1988) é a explicada por Bernardes e Carneiro (2018) como sendo a reforma do judiciário a fim de proporcionar um efetivo acesso à justiça que diz respeito à assistência jurídica aos necessitados. Com isso, os governos da maioria dos países ocidentais se deram conta que não basta apenas dizer “positivar” através de normais os direitos do indivíduo, mas é preciso principalmente que tais direitos sejam realmente reconhecidos e garantidos pelo Estado, de uma forma igualitária.

A maior reforma da assistência jurídica foi com a utilização do sistema *judicare*, conforme relata Cappelletti e Garth (1988), no qual a assistência judiciária é estabelecida como um direito para todas as pessoas que se enquadrem nos termos da lei, os advogados particulares, então, são pagos pelo Estado. A finalidade do sistema *judicare* é proporcionar aos litigantes de baixa renda a mesma representação que teriam se pudessem pagar um advogado.

Quanto ao sistema de *judicare*, Bernardes e Carneiro (2018) ressaltam que a desvantagem desses sistemas é o fato de não tratar os economicamente desfavorecidos como clientes, se preocupando apenas em dar o auxílio. Desse modo, tal classe é altamente prejudicada, uma vez que precisam ser levadas em conta suas características peculiares para, assim, os advogados particulares pagos para atendê-la possam identificar a verdadeira necessidade de cada um e alcançar resultados efetivos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, definiu que a Defensoria Pública é uma “instituição essencial à função jurisdicional do Estado”, responsável por prestar orientação e defesa jurídica aos necessitados, ou seja, a toda e qualquer pessoa que comprovar insuficiência de recursos para arcar com os custos da advocacia privada¹².

¹² Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a

Assim como, cabe à Defensoria oferecer “assistência jurídica integral e gratuita” à população carente, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição.

Assim, a Constituição estabeleceu que todos os Estados-federados e a União deveriam criar a Defensoria, uma instituição que passou, então, a integrar o sistema de justiça brasileiro para desempenhar uma política pública específica: prestar assistência jurídica – que inclui desde a orientação sobre direitos até a mais complexa defesa técnica perante o órgão de cúpula do Judiciário – às pessoas que não possuem condições materiais para contratar o serviço de advogados particulares (MOREIRA, 2016).

Bernardes e Carneiro (2018) observam que diversos países adotam medidas que entendem serem as mais eficientes para proporcionar uma assistência jurídica àqueles que não possuem condições de arcarem com esse custo. Porém, ainda havia outros obstáculos que precisavam ser vencidos para um real acesso à justiça, o que desencadeou na necessidade de medidas adotadas na segunda onda, a qual será analisada a seguir.

6.2 A SEGUNDA ONDA: REPRESENTAÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS

A segunda onda vem trazer uma solução ao problema da representação dos interesses difusos. Primeiramente é preciso entender que o processo civil tradicional foi criado para atender aos interesses individuais de duas partes, porém, os direitos que dizem respeito a um grupo determinado ou indeterminado de pessoas ficam a mercê desse processo (CAPPELLETTI e GARTH, 1988):

Surge o termo conhecido como “direito público”, o qual envolve algumas mudanças no sistema judiciário. Uma mudança traz a ideia sobre a legitimidade ativa, a qual permite que “indivíduos ou grupo de pessoas atuem em representação dos interesses difusos”. Outra está relacionada com a ampliação dos conceitos básicos dentro do processo civil, como o de “citação”, o do “direito de ser ouvido” e a transformação do papel do juiz, isto porque, em se tratando de direito difuso não há como citar todos os interessados, nem mesmo permitir que se ouça todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com o litígio (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 50).

Para solucionar tal impasse, apresenta a necessidade de uma representação dos direitos difusos, uma vez que não há possibilidade de todos os integrantes desses

orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

direitos fazerem parte do polo ativo e serem citados individualmente na ação (BERNARDES e CARNEIRO, 2018). Nesse sentido, os governos de vários países agiram com intuito de buscar uma representação adequada para atuar em nome dos interesses coletivos. Com isso, surgiu a representação pelo Ministério Público em alguns países, como na França, as agências públicas reguladoras e outras instituições análogas sustentadas pelo Estado.

Bernardes e Carneiro (2018) comentam que no ordenamento jurídico brasileiro instituiu-se o Ministério Público como "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", consoante ao disposto no artigo 127¹³, caput, da Constituição de 1988. Ademais, suas funções têm um importante papel na busca pela efetivação do acesso à justiça.

Por fim, Bernardes e Carneiro (2018) evidenciam que tal instituição fará com que os interesses coletivos e difusos não sejam mais um obstáculo ao efetivo acesso à justiça pelos indivíduos, uma vez que irá representá-los em ação civil pública para que seus direitos sejam garantidos e protegidos.

6.3 A TERCEIRA ONDA: NOVO ENFOQUE AO ACESSO À JUSTIÇA

As soluções criadas nas primeiras ondas não foram suficientes para obter um efetivo acesso à justiça. Cappelletti e Garth (1988) aludem que poderia se dizer que a enorme demanda latente por métodos que tornem os novos direitos efetivos forçou uma nova meditação sobre o sistema de suprimento - o sistema judiciário.

O novo enfoque ao acesso à justiça vai se preocupar em distinguir os diferentes tipos de litígios e procurar um meio eficaz de solucioná-los. Esse enfoque, mediante Cappelletti e Garth (1988) encoraja a realização de reformas, como alterações nas formas de procedimento, mudanças na estrutura dos tribunais ou criação de novos tribunais, o uso de pessoas leigas ou para profissionais, tanto como juízes quanto como defensores, modificações no direito substantivo destinadas a evitar litígios ou facilitar sua solução e a utilização de mecanismos privados ou informais de solução dos litígios.

¹³ Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Bernardes e Carneiro (2018) aduzem a existência do obstáculo processual ao movimento de acesso à justiça. Neste caso, nem sempre o Poder Judiciário, através do tradicional processo judicial, trará uma solução eficaz ao conflito apresentado. Neste contexto, busca-se nos métodos alternativos a efetivação do direito proposto. Ademais, observam que a preocupação não deve apenas estar pautada em criar meios alternativos, mas sim em conscientizar toda população de que métodos paralelos à via judicial podem trazer a real efetivação de um direito e, por conseguinte, do direito ao acesso à justiça. Segundo Bernardes e Carneiro (2018), não adianta apenas proporcionar esses métodos é preciso apresentá-los e informar a sociedade de que eles podem ser vantajosos em detrimento da via judicial.

Para o Professor Watanabe (2019), atualmente no Brasil, temos um meio normal, usual, que é a solução pelo Poder Judiciário, pela autoridade do Estado, e os meios alternativos, ainda em fase de organização. Historicamente, a Constituição do Império de 1824 previa a possibilidade de nomeação de árbitros em causas cíveis e penais. Foi então que passou a existir a figura do juiz de paz até o Regime Militar brasileiro, em que perdeu sua função jurisdicional. Apenas com a Constituição de 1988, a Instituição recupera as atribuições anteriores, mas, ainda, não vemos efeito prático dessa modificação.

7 MÉTODOS ALTERNATIVOS

Cappelletti e Garth (1988) em sua obra atemporal observam já à época que as reformas dos tribunais regulares envolvem a criação de alternativas, utilizando procedimentos mais simples ou julgadores mais informais. Aduzem que os reformadores estão utilizando, cada vez mais, o juízo arbitral, a conciliação e os incentivos econômicos para a solução de litígios fora dos tribunais.

7.1 CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Watanabe (2019) salienta que a cultura do povo brasileiro é muito dependente de autoridade e que não há sequer uma organização da sociedade em termos de um trabalho coletivo. Ademais, os meios alternativos de solução de conflitos necessitam de um terreno fértil para prosperar, que consiste, exatamente, na existência de uma mentalidade receptiva a esses modos de solução e tratamento de conflitos.

Segundo o professor Watanabe (2019), não é porque o Poder Judiciário está sobrecarregado de serviço que tentaremos descobrir formas de aliviar a carga. A este respeito, ressalta:

Quando se trata de solução adequada dos conflitos de interesses, insisto em que o preceito constitucional que assegura o acesso à Justiça traz implicitamente o princípio da adequação; não se assegura apenas o acesso à Justiça, mas se assegura o acesso para obter uma solução adequada aos conflitos, solução tempestiva, que esteja bem adequada ao tipo de conflito que está sendo levado ao Judiciário (WATANABE, 2019, p. 60).

Leciona Watanabe (2019) que para se fazer esta adequação, dependendo do tipo de conflito, às vezes, a mediação é extremamente importante; em outros casos, poderá não ser tão frutífera. Assim como, nos casos em que o juiz sentir que não está madura a ideia das partes quanto a essa tentativa, Watanabe (2019) entende que não seria razoável exigir-se a tentativa obrigatória no início da causa.

Sales e Chaves (2014) conceituam conciliação como um mecanismo autocompositivo de solução de conflitos, que pode ser extrajudicial ou judicial e que conta com a participação de um terceiro imparcial e capacitado, que orientado pelo diálogo entre as partes envolvidas escuta ativamente, conduz a discussão, a partir do apresentado passa, se for o caso, a sugerir soluções compatíveis com o interesse das

parte ou, uma vez apresentada a solução pelas próprias pessoas, a conduzir essa solução para que ela realmente reflita o interesse das partes.

Quanto a mediação, Sales e Chaves (2014) explicam ser um mecanismo de solução de conflitos, no qual um terceiro imparcial e com capacitação adequada facilita a comunicação entre as partes, sem propor ou sugerir quanto ao mérito, possibilitando o diálogo participativo, efetivo e pacífico, permitindo-se a construção de uma solução satisfatória pelas próprias partes.

Apesar da distinção, Watanabe (2019) aduz não existir uma forma pura de mediação, pois na prática, o mediador oferece alguma sugestão quanto à solução do conflito. Watanabe (2019) conclui que a mediação tem de ser praticada como uma forma de pacificação da sociedade e não apenas como uma forma de solução de conflitos.

Por fim, Cappelletti e Garth (1988) concluem que a conciliação é extremamente útil para muitos tipos de demandas e partes e que embora se destine a reduzir o congestionamento do judiciário, devemos certificar-nos de que os resultados representam verdadeiros êxitos, não apenas remédios para problemas do judiciário, que poderiam ter outras soluções.

7.2 O JUÍZO ARBITRAL

O juízo arbitral é uma instituição antiga caracterizada por procedimentos relativamente informais, julgadores com formação técnica ou jurídica e decisões vinculatórias sujeitas a limitadíssima possibilidade de recurso (CAPPELLETTI e GARTH, 1988).

Leciona Vilela (2004), que a arbitragem é o método por meio da qual as partes conflitantes, de forma facultativa e de comum acordo, manifestam que a solução de seu litígio seja analisada e decidida por terceiro ou terceiros de sua confiança, os árbitros, não representantes da jurisdição estatal, tendo a decisão força de coisa julgada.

Ao falar que a decisão arbitral terá força de coisa julgada, dizemos que desde que cumpridos os requisitos legais, a sentença será, em regra, final, vinculante e obrigatória para os litigantes (FIORAVANTE, 2015). Portanto, a decisão não pode ter o seu mérito novamente analisado ou discutido pela jurisdição estatal ou outro órgão,

a menos que esteja prévia e expressamente pactuado entre as partes, é o que explica Fioravante (2015).

Fioravante (2015), observa que ao optar pelo procedimento arbitral, as partes se vêem beneficiadas de inúmeras vantagens em relação à jurisdição estatal, tais como: rapidez com que é proferida a decisão final de mérito; maior especialidade dos julgadores; previsibilidade; possibilidade de sigilo das informações; procedimento mais flexível e menos formal.

Por outro lado, Fioravante explica que para grande parcela de demandas, os gastos em dinheiro necessários para se recorrer à via arbitral mostram-se superiores aos exigidos para a propositura de ação judicial, tendo em vista os altos valores dos honorários dos árbitros e das custas cobradas por uma câmara arbitral.. Entretanto, observa que para se saber o real custo de uma arbitragem é preciso considerar não apenas as despesas de todo o procedimento arbitral, mas também os custos de transação envolvidos em cada procedimento, como explana Tatiana Gonçalves:

O procedimento arbitral não é barato, tendo em vista que os honorários dos árbitros e as custas cobradas por uma Câmara Arbitral não são de pouca monta. Por outro lado, como o procedimento arbitral é célere, há compensação; 'mesmo sendo as despesas de todo o procedimento arbitral arcadas pelos litigantes, o seu custo final, ou melhor, o seu custo-benefício, certamente ultrapassará as expectativas das partes (GONÇALVES, 2010, p. 62).

Por fim, Carreira Alvim (2003) conclui que o ponto crucial é identificar as especificidades de cada litígio a fim de enquadrá-lo no mais adequado método de resolução, afinal nada melhor para garantir o acesso à justiça “que os procedimentos sejam adequados à sua solução, e que esta se dê por órgão jurisdicionais e parajudiciais, sempre com vistas no custo-benefício”.

7.3 INCENTIVOS ECONÔMICOS

Cappelletti e Garth (1988) ressaltam que outro método para se evitar o litígio judicial consiste em encorajar acordo pelo uso seletivo de incentivos econômicos. Segundo os referidos autores, fatores econômicos tais como os custos do julgamento, os métodos pelos quais esses custos são alocados, a taxa de inflação e a demora, influenciam a disposição das partes para a conciliação, mesmo que esses fatores possam afetar diferentemente os diversos tipos de litigantes. Ademais, Cappelletti e

Garth (1988), aduzem que litigantes individuais são mais ansiosos por uma composição, de modo a poder receber alguma quantia desde logo e estes também são especialmente suscetíveis a essas pressões, porque não podem distribuir seus riscos entre diversas causas.

Conforme citado anteriormente (3.1 Custas Judiciais e Honorários Advocatícios, p. 9), a Reforma Trabalhista introduziu o chamado “honorários de sucumbência”, mediante o artigo 791-A e §§ 1º ao 5, da CLT, devidos pela parte sucumbente. A expectativa e insegurança que estes artigos trazem ao litigante individual, parte hipossuficiente, de que haverão de despende de gastos exacerbados caso venham a perder no litígio, faz com que estes acabem preferindo a celebração de uma autocomposição para não correrem o risco de saírem prejudicados ao final do processo judicial.

A questão trazida por Cappelletti e Garth (1988) quanto a necessidade do litigante individual de receber uma quantia o quanto antes, é reafirmada por exemplos práticos citados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST, [S.d.]b): segundo o referido artigo, o tempo médio de tramitação processual nas Varas do Trabalho, de janeiro até maio de 2020, foi de 247 dias (O processo, em média, demora cerca de oito meses para que seja prolatada a sentença). Cita-se o caso de uma ex-vendedora de uma loja de chocolate de Porangatu (GO), que solucionou seus pedidos trabalhistas em 27 dias, pelo acordo realizado na Justiça do Trabalho. Outro exemplo citado foi o de trabalhadores de indústrias de papel, papelão e cortiça da região metropolitana de Lages (SC), cujo acordo abrangeu 270 empregados e pôs fim a uma disputa judicial que durou mais de uma década.

Os exemplos citados demonstram que muitos aceitam a celebração da autocomposição, decorrente da necessidade de acelerar o processo. Cappelletti e Garth (1988) concluem o tema explicando que o sistema de incentivos econômicos, sejam quais forem, podem dignificar o acesso à justiça, porém que sua utilidade é ainda duvidosa.

8 ACESSO À JUSTIÇA EM ÉPOCA DE PANDEMIA

Para Sorrentino e Neto (2020), o dia 11 de março de 2020 foi um marco para um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade nos últimos tempos, tendo a Organização Mundial da Saúde - OMS declarado a situação de pandemia em relação ao novo Covid-19.

Hoje¹⁴, temos registro de 277.102 (duzentos e setenta e sete mil e cento e dois) óbitos por Covid-19 e 11.439.558 (onze milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e quinhentos e cinquenta e oito) casos confirmados desde o início da pandemia no Brasil.

O Ministério da Saúde¹⁵ adverte que a transmissão do vírus da COVID-19 acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de toque do aperto de mão contaminadas; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; e objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc. Dentre os sintomas, os mais presentes são: sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse e coriza.

Para garantia da proteção da sociedade, o Conselho Nacional de Saúde expediu a Recomendação Nº 036, de 11 de maio de 2020¹⁶ ao Ministério da saúde, Governadores dos Estados e do Distrito Federal, Secretários Estaduais de Saúde, Prefeitos Municipais e Secretários Municipais de Saúde:

1) Que sejam implementadas medidas que garantam pelo menos 60% da população em distanciamento social, ou superiores a este, em se agravando a ocupação de leitos, de maneira progressiva e efetiva, como medida sanitária excepcional necessária;

2) Que sejam adotadas medidas de distanciamento social mais rigoroso, ou seja, a contenção comunitária ou bloqueio (em inglês, lockdown) nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos, agregando as seguintes providências:

a) Suspensão de todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, apenas autorizando o funcionamento dos serviços considerados essenciais, por sua natureza;

¹⁴ Data de 13 de março de 2021, dados atualizados pelo Ministério da Saúde diariamente. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 14 de março de 2021.

¹⁵ Informações disponíveis em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-proteger>. Acesso em 14 de março de 2021.

¹⁶ Recomendação Nº. 036, de 11 de maio de 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em 14 de março de 2021.

- b) Adoção de medidas de orientação e de sanção administrativa quando houver infração às medidas de restrição social, podendo serem aplicadas em áreas específicas de uma cidade (bairros, distritos, setores);
- c) Restrição da circulação de pessoas e de veículos particulares (somente com uso de máscaras), salvo transporte de pessoas no itinerário e no exercício de serviços considerados como essenciais, com ampliação de medidas informativas e educativas (monitoramento do cumprimento) em veículos de transporte coletivo; e
- d) Mobilização das Forças Armadas e de Segurança, pelos poderes Estaduais e Municipais, pela via de parcerias intersetoriais entre os órgãos, com vistas ao cumprimento dos protocolos de emergência para a adoção de bloqueio total (lockdown) quando necessário, com planejamento antecipado ao limite de ocupação de leitos na rede local de saúde (BRASIL, 2020)

Neste cenário, sem tempo para traçar um plano de atuação, a justiça se viu compelida à adoção do *learning by doing*¹⁷, a fim de garantir ao menos os atendimentos essenciais (GAROFALO, 2018). Sorrentino e Neto (2020) ressaltam que os conflitos continuaram a surgir e, ainda, ganharam novos traços de complexidade jurídica e social que impuseram aos julgadores a necessidade de rever conceitos para além do Direito, pois a economia, educação, política, saúde, dentre outras áreas, têm sido extremamente afetadas pela pandemia de COVID-19, e acabam por gerar conflitos que desembocam no Judiciário.

Brasil afora, como aduzem Sorrentino e Neto (2020), tribunais testaram soluções digitais para a prática de atos processuais de forma confiável e acessível; Nessa esteira, em 31 de março de 2020, o CNJ instituiu a Plataforma Emergencial de Videoconferência para a realização de audiências e sessões de julgamento durante o período de isolamento social.

Kemp (2018) explica que o acesso às plataformas online é cada vez mais abrangente e os cidadãos, de uma forma geral, estão familiarizados com esses mecanismos. Ainda, entende que os recursos tecnológicos são cada vez mais acessíveis e abundantes para uma parcela considerável da população, existindo indicadores e medidores que demonstram que o brasileiro, em média, passa mais de seis horas por dia conectado à internet.

Entretanto, Sorrentino e Neto (2020) relembram que, contudo, cerca de 46 milhões de brasileiros ainda permanecem sem acesso à internet. O estudo técnico da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua - PNAD Contínua TIC,

¹⁷ Learning by doing, em tradução literal “aprender fazendo”, refere-se a uma teoria da Educação do filósofo americano John Dewey.

apresentado pelo IBGE, demonstrou que cerca de um em cada quatro domicílios no Brasil não possuem conexão com a internet (74,7%) (TOKARNIA, 2020).

Desta maneira, mediante Sorrentino e Neto (2020), vê-se que uma importante parcela da população ainda se encontra desamparada no que diz respeito ao acesso a determinadas plataformas de comunicação. Ainda, entende-se que toda essa conjuntura envolve questões mais complexas, partindo-se do pressuposto de que as condições socioeconômicas interferem diretamente na privação desses cidadãos ao mundo digital:

Nesse contexto, embora a Lei 12.965/2014 assegure em seu art. 4º, I, o direito amplo de acesso à internet, muitos brasileiros ainda não possuem esse serviço, tampouco existe a consciência de parte do poder estatal de que devem ser implementadas políticas públicas direcionadas para atender determinado contingenciamento, de maneira que questões econômicas ainda atrapalham a universalização da Justiça no âmbito virtual (SORRENTINO e NETO, 2020, p. 5)

A este respeito, Sadek (2004) registra o paradoxo existente no sistema judicial brasileiro, no qual em um dos lados estão posicionados os setores marginalizados dos serviços judiciais, governados pela lei do mais forte e, de outro lado, “há os que usufruem em excesso da justiça oficial”.

Para Sorrentino e Neto (2020), é irrefutável que as ferramentas digitais mais modernas, que estão disponíveis ao Poder Judiciário, se mostram muito eficientes e possibilitam a rápida resposta às demandas judiciais que lhe são postas. No entanto, é necessário o olhar sensível e crítico para identificar situações peculiares em que a solução digital não consegue, ainda, servir à finalidade proposta, sob risco de institucionalização da linha de produção de decisões judiciais “sem rosto” que, segundo Warat (2004) consiste em encaixar o conflito num modelo normativo, sem sentir as partes, transformando a prestação jurisdicional em um verdadeiro maltrato para as partes, com a vívida sensação de não terem sido ouvidas e acolhidas para proporcionar o correto entendimento da situação posta em juízo.

8.1 AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS

Como citado anteriormente, a Reforma Trabalhista, implementada pela Lei nº. 13.467/2017, alterou diversos dispositivos da CLT, entretanto, não retirou a

possibilidade de a parte buscar seus direitos ou contestá-los pessoalmente perante a Justiça do Trabalho (SANCHES e CALDAS, 2020).

O *jus postulandi*¹⁸ permaneceu inalterado, como um dos princípios norteadores da Justiça do Trabalho mesmo após a Reforma Trabalhista. Sanches e Caldas (2020) explicam que ao surgir o inesperado COVID-19, as atividades presenciais em todos os ramos do Judiciário são suspensas e, a única forma de acesso a comunicação com a Justiça é através da utilização de meios tecnológicos, de modo a preservar o isolamento social.

Como forma de viabilizar a realização de atos que somente podem ser executados com a presença das partes, Magistrados, Desembargadores e Ministros, como explica Sanches e Caldas (2020), tal como audiência e sessões dos Tribunais, o CNJ disponibilizou o sistema Cisco Webex, ferramenta esta que propicia a criação de salas virtuais pelos magistrados para a realização dos atos acima mencionados.

A Resolução nº 354/2020 do CNJ regulamenta a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais. A referida Resolução dispõe que as audiências telepresenciais serão determinadas pelo juízo, a requerimento das partes, se conveniente e viável, ou, de ofício, nos casos de urgência; substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; mutirão ou projeto específico; conciliação ou mediação; e indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior. Maior atenção deve ser dada ao parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 354/2020: “A oposição à realização de audiência telepresencial deve ser fundamentada, submetendo-se ao controle judicial”. Ou seja, a decisão de suspensão das audiências caso não seja possível a presença das partes por algum motivo fundamentado, é submetida a decisão judicial.

Mauro Schiavi (2018) crê que os benefícios da audiência trabalhista são visíveis e contundentes e que ela, a audiência presencial torna o processo do trabalho mais democrático, humanizado e garante às partes e aos seus advogados uma participação mais ativa, o que torna o contraditório mais visível e efetivo, além de oportunizar uma maior interação do juiz com as partes, garantindo uma maior efetividade na colheita e valoração da prova.

¹⁸ Jus postulandi é um direito que a pessoa possui de estar em juízo, praticando pessoalmente todos os atos autorizados para o exercício do direito de ação, independente para tal do patrocínio de advogado. (MARTINS, 2012, p. 190).

Importante observar que o instituto do *jus postulandi*, citado anteriormente, acabou prejudicado neste período de virtualização das audiências. Sanches e Caldas (2020) observam pontos acerca dos trabalhadores e tomadores de serviços ou empregadores que desejam buscar a Justiça pessoalmente, sem constituir procuradores, especialmente aqueles que sequer dispõem de recursos para os contratar virtualmente. Ressaltam que o acesso à justiça fica prejudicada para estas pessoas.

Insta ressaltar que na prática, conforme exemplificam Sanches e Caldas (2020), esta situação foi vivenciada na 4ª Vara do Trabalho de Curitiba: Parte, sem advogado, manifestou seu interesse em juntar contestação e documentos, mas não sabia como fazê-lo, pois não haveria audiência inicial para que a defesa fosse apresentada oralmente e tampouco dispunha de acesso ao sistema PJE¹⁹. A fim de viabilizar o pleno acesso deste cidadão à Justiça, bem como ao exercício do *jus postulandi*, foi designada uma sessão de atendimento via Cisco Webex Meetings, de modo a viabilizar a juntada da defesa e documentos pelo referido réu. Como aduzem as autoras Sanches e Caldas (2020), este exemplo demonstra que a tecnologia e os ritos processuais oferecem instrumentos que não precisam ser uma trilha a ser cegamente seguida, mas podem ser ferramentas para abriremos novos caminhos.

Lourival Barão Marques Filho (2020), Juiz do Trabalho, titular da 18ª Vara de Curitiba do Paraná, elencou seis pilares necessários para que a audiência de instrução telepresencial trabalhista seja possível e eficiente, os quais serão apresentados em seguida.

8.1.1 As audiências telepresenciais não têm o condão de substituir as audiências presenciais

Segundo Marques Filho (2020), o primeiro pilar consiste na ideia de que as audiências telepresenciais não têm o condão de substituir as audiências presenciais. Deve-se ter em mente que o modelo telepresencial possui limitações fáticas, pragmáticas, técnicas e jurídicas. Segundo o autor, as audiências telepresenciais não conseguem atender a todos os processos, pois possuem âmbito delimitado e específico.

¹⁹ PJE é uma plataforma digital desenvolvida pelo CNJ, caracterizada pela proposição da prática de atos jurídicos e acompanhamento do trâmite processual de forma padronizada (CNJ, [S.d.]).

Marques Filho (2020) ressalta que na Justiça do Trabalho possui um ritmo fordismo de produção em série de audiências, ou seja, diversas audiências realizadas em pequenos intervalos de tempo entre uma e outra. Segundo o magistrado, no âmbito telepresencial e usando o que há de mais moderno na comunicação intersubjetiva, as audiências trabalhistas são artesanais, o ritmo é muito mais lento e não será possível manter, telepresencialmente, a mesma quantidade de instruções presenciais. Marques Filho (2020) conclui a respeito da questão que as audiências telepresenciais ajudam a não deixar algumas demandas paralisadas, mas não são a solução geral para o sistema de justiça trabalhista.

8.1.2 Princípio da cooperação

O segundo pilar elencado por Marques Filho (2020) foi o do princípio da cooperação que está previsto no artigo 6º²⁰ do Código de Processo Civil. O magistrado explica que não trata-se de que os litigantes passem a ter íntimo companheirismo, sendo o que se busca é a participação ativa das partes e do magistrado na construção de soluções para a gestão adequada do processo. Marques Filho (2020) aduz que as audiências de instrução telepresenciais devem ocorrer quando as partes e o magistrado construírem pontes e consensos para identificar quais são os processos possíveis e factíveis para este modelo de audiência. O magistrado de que maneira isso deveria ser realizado:

Não parece existir campo para a definição unilateral da realização da audiência pelo magistrado, na medida em que diante das inúmeras dificuldades que podem surgir, as partes podem – e provavelmente irão – se opor à determinação coercitiva. Soluções impostas geram resistência e oposição. Nesse contexto, a construção do diálogo e o respeito às particularidades de cada processo devem ser o norte magnético que guia os atores processuais. Como o formato, o procedimento, as consequências e os requisitos serão convencioneados pelas partes (art. 6º e 190²¹ do CPC), não haverá espaço para eventuais nulidades e, porque decorrente de diálogo, cooperação e aceitação prévia, o procedimento tende a respeitar as

²⁰ Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

²¹ Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

necessidades daquela específica relação jurídica processual (MARQUES FILHO, 2020, p. 3-4).

Desta forma, para Marques Filho (2020), as audiências devem ser fruto da construção de procedimento entre os atores processuais. Uma hipotética situação seria de que o réu ou o autor não conseguem entrar na audiência virtual, por qualquer motivo técnico, neste caso não poderia ser considerada revelia, em que todos os argumentos da parte contrária são consideradas verdadeiras, mediante o artigo 844²² da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Por fim, o magistrado Marques Filho (2020) conclui que a utilização deste formato de audiência existe para auxiliar as partes e não deixar a demanda paralisada e, portanto, não pode acarretar prejuízos desta natureza.

8.1.3 Boa-fé

Marques Filho (2020) acredita que a garantia de que não haverá incomunicabilidade na coleta de provas orais se dá necessariamente pelo princípio da boa-fé, previsto no artigo 5º do Código de Processo Civil²³. A plataforma utilizada pela Justiça do Trabalho (Cisco Webex, conforme citado anteriormente), possui uma ferramenta que permite a colocação da parte ou testemunha que ainda não foi ouvida em uma sala de espera, onde ela não assiste o depoimento da parte ou testemunhas que foi anterior a ela.

Por fim, mediante o magistrado Marques Filho (2020), as audiências somente funcionarão quando a parte acreditar que o adversário não irá violar a incomunicabilidade da prova. Segundo o autor, cooperação e boa-fé andam juntas e sem esta ideia de lealdade processual, não é factível a realização das audiências telepresenciais e para que as partes cheguem a um consenso de que utilizarão este formato, devem pressupor também respeito e confiança recíprocos.

Não há, portanto, garantia efetiva e concreta da incomunicabilidade e lisura na coleta da prova oral (o que em tese também não existe na audiência presencial);

²² Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

²³ Art. 5º Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé

disso ocorre que, sem boa-fé, este modelo virtual é inadequado (MARQUES FILHO, 2020).

8.1.4 Capacitação

Marques Filho (2020) observa a necessidade de um assistente de audiência capacitado, para que possam ser coordenadas todas as atividades da sala de uma audiência virtual. Além disso, o magistrado observa a necessidade de existir um protocolo de verificação das máquinas (áudio, filmagem, etc.), conversa e fornecimento de telefone e e-mail do advogado ao servidor para comunicação em tempo real sobre eventuais dificuldades que surjam na audiência.

Mediante o artigo “Realidade na pandemia, sessões e audiências por videoconferência vieram para ficar, diz CNJ” publicado no site oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (OTONI, 2020), escrito por Luciana Otoni, assim que foi declarada a pandemia pela Organização Mundial da Saúde, o órgão se viu diante da paralisação iminente de suas atividades. A partir deste momento, como explica Otoni (2020), a Escola Judicial do tribunal se mobilizou para oferecer três cursos de ensino à distância sobre técnicas e orientações em mediação e conciliação por videoconferência. Ademais, em abril de 2020, na primeira vez em que foi veiculado para os integrantes das cerca de 100 varas do trabalho no Paraná, o curso por videoconferência reuniu mais de 400 participantes, entre juízes e servidores.

Otoni (2020) observa que o curso EAD “Introdução à mediação e à conciliação por videoconferência na Justiça do Trabalho” tem sido ministrado remotamente em outros estados. Nos cursos, são transmitidos a magistrados e servidores informações sobre como organizar audiência de mediação ou de conciliação por videoconferência com uso da plataforma Webex. Como explica Otoni (2020), são transmitidas técnicas sobre como as partes devem proceder para melhor se comunicarem por meio virtual, como exercer a escuta ativa na audiência e como utilizar a sala de espera virtual enquanto o juiz ou mediador necessita falar com uma das partes em particular, entre outras orientações.

8.1.5 Triagem adequada

Marques Filho (2020) afirma que não são todas as demandas que se encaixam no formato virtual das audiências de instrução e que cabe ao magistrado a “mineração artesanal” dos processos que possuem potencial para este formato. Assim, como observa o magistrado, antes de dialogar com as partes no sentido de definir se elas desejam realizar a audiência de instrução telepresencial, deve ser verificado as seguintes questões:

a) se existe razoável probabilidade de acordo; b) a extensão da prova oral que será produzida, tanto no aspecto qualitativo (complexidade), como quantitativo (número de partes e testemunhas); c) se é possível a realização de prova emprestada; d) se há potencial para estabelecimento de negócio processual quanto à matéria probatória (MARQUES FILHO, 2020, p. 5).

Neste sentido, argumenta Marques Filho (2020) que processos complexos, por exemplo, com múltiplos réus ou com intensa animosidade devem ser descartados, porque não se enquadram no formato e, além disso, exigirão um dispêndio desproporcional de tempo, energia e dedicação, que neste momento devem ser catalisados para as demandas com horizonte de solução mais próximo.

8.1.6 Eliminação da falácia da ultra complexidade generalizada das audiências

Na dinâmica das audiências de instrução, o senso comum de advogados e magistrados é que são ouvidas muito mais partes e testemunhas do que na realidade isso ocorre, é o que aduz Marques Filho (2020).

Foram analisadas 251 audiências de instrução no período de Setembro de 2019 e Março de 2020 na 18ª Vara do Trabalho de Curitiba para que se pudesse estabelecer um critério técnico para organizar a pauta de audiência com previsibilidade e método. Os dados coletados, segundo Marques Filho (2020) foram: a) quantas audiências são adiadas; b) das audiências efetivamente instaladas: b.1) qual o índice de conciliação neste momento processual específico; b.2) em quantas não há produção de prova oral; b.3) em quantas somente as partes são ouvidas; b.4) em quantas existe a inquirição de testemunhas e, quando isso ocorre, qual a quantidade delas e quem as arrola; c) qual a duração das audiências. Os resultados, estão demonstrados a seguir.

Os resultados obtidos são contraintuitivos. De fato, em 26,12% das audiências não há produção de prova oral e em 26,53% é efetuada conciliação durante a assentada, o que significa que em mais da metade das audiências não é necessária a oitiva de partes e testemunhas, o que as torna mais céleres e demandam menor esforço do magistrado. Em 46,12% é que alguém é ouvido na audiência, o que pode ser só autor, só réu, só 1 testemunha etc. Audiências em que partes e testemunhas são efetivamente ouvidas representam 31,02%. E dentre estes processos que tem testemunhas ouvidas, em média são inquiridas 1,33 testemunhas pelo autor e 1,18 pelo réu (MARQUES FILHO, 2020, p. 7).

A conclusão que se extrai a partir desta pesquisa é que são ouvidas muito menos partes e testemunhas que imaginamos, conforme Marques Filho (2020). Assim como, o magistrado argumenta que a pesquisa nos mostra em qual local deve o magistrado centrar suas atenções, ou seja, no percentual de processos que podem resultar em conciliação, que não terão ou terão prova oral reduzida.

Assim, é incorreta a resistência dos operadores jurídicos que se pauta nos processos grandes, complexos com vários réus e inúmeras testemunhas, porque isso não é a regra - A regra é composta por audiências mais simples e são estas que atraem a incidência das audiências virtuais (MARQUES FILHO, 2020).

8.2 MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO EM PERÍODO DE PANDEMIA

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho aferiu mudanças de acordo com o aumento das demandas na Justiça do Trabalho em período de pandemia. O Tribunal Superior do Trabalho em seu endereço eletrônico oficial (TST, 2021) disponibilizou um informativo a respeito do tema neste período.

A Vice-Presidência do CSJT, por meio da Recomendação CSJT.GVP 1/2020, ampliou o escopo da mediação pré-processual para os conflitos individuais que digam respeito a interesses do exercício de atividades e do funcionamento das empresas no contexto dessa situação extraordinária. Mediante o informativo do TST, foi instituído o procedimento no âmbito do primeiro grau para possibilitar que as questões locais sejam resolvidas, para que as atividades essenciais funcionem e para que os trabalhadores não fiquem expostos ou tenham sua saúde prejudicada, é que aduz o ministro Vieira de Mello Filho, coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação. Além disso, informa que a Vice-Presidência do TST também está conduzindo, no período de pandemia, acordos importantes para garantir o emprego

de muitos trabalhadores; mediante troca de práticas importantes, com a criação de mecanismos de diálogo que facilitam soluções e a utilização de medidas alternativas para possibilitar o acesso à justiça no período de Covid-19.

O supracitado informativo do Colendo Tribunal Superior do Trabalho demonstra resultados acerca das conciliações realizadas na Justiça do Trabalho. Segundo o Relatório Justiça em Números 2019 do Conselho Nacional de Justiça, em 2019 a conciliação nas Varas do Trabalho foi de 42,9%. Já de janeiro a julho de 2020, período de pandemia, o índice de conciliação geral da Justiça do Trabalho foi de 39,5% de conciliações.

A referida Recomendação CSJT.GVP 1/2020, inventiva, a utilização de plataformas de videoconferência e o fortalecimento da atuação dos CEJUSCS (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) de primeiro e de segundo graus para preservar a saúde pública e os serviços e as atividades essenciais conforme a realidade concreta do segmento profissional e econômico de cada jurisdição.

Ademais, conforme informativo disponibilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), diante da suspensão de atividades presenciais, têm oferecido canais alternativos para soluções de conflitos trabalhistas. Mesmo com a limitação da circulação de pessoas, a Justiça do Trabalho, por meio dos Núcleos Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (NUPEMEC) e dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC), tem dado continuidade à sua função de pacificar os conflitos nas relações trabalhistas, especialmente em períodos de crise, como a pandemia.

Um exemplo a título de observação prática das celebrações de acordos realizados neste período, conforme divulgado no informativo do CSJT, é do Rio Grande do Sul, caso em que houve uma mediação por videoconferência realizada pelo TRT da 4ª Região, a qual tratou da situação dos empregados dos Correios em meio à pandemia. Foi oferecida uma proposta de acordo a ser analisada pelas partes e empregadores e empregados chegaram a um consenso sobre medidas a serem adotadas durante a pandemia do coronavírus (Covid-19).

Outro exemplo, também trazido pelo supracitado informativo do CSJT, foi na região sudeste, no CEJUSC do Rio de Janeiro, onde foi firmado um acordo coletivo entre uma empresa de operação e manutenção e o Sindicato dos Trabalhadores

Offshore do Brasil (Sinditob) para regulamentação de situações trabalhistas especiais decorrentes do momento atual.

Destarte as considerações apresentadas a respeito dos métodos de Mediação e Conciliação implementados neste período no Brasil, é válido fazer um adendo com relação às práticas de conciliação na Justiça do Trabalho. Jaime Hillesheim (2016) aborda um viés não muito explorado quanto ao tema. Em sua tese de doutorado intitulada “Conciliação Trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo”, Hillesheim (2016) defende que embora a perspectiva conciliatória seja um elemento constitutivo da formação sócio-histórica brasileira e tenha longa tradição, ela ganha novos contornos na realidade atual. Segundo o autor, a conciliação serve como importante estratégia de camuflagem da conflitualidade de classes e dos processos de intensificação da exploração do trabalho, bem como de flexibilização, desregulamentação, redução e supressão dos direitos trabalhistas em face da crise estrutural do capital (HILLESHEIM, 2016).

Hillesheim (2016) defende que os Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos, ganharam legitimidade sob o argumento do elevado número de processos que abarrotam o sistema judiciário, causando a demora no possível acesso à justiça. Ademais, ressalta o autor que o discurso ganha adeptos, inclusive no âmbito dos maiores interessados na justiça do trabalho (trabalhadores, através de suas representações coletivas organizadas), dando-se enfoque ao desempenho da gestão administrativa e à agilidade da justiça, em prejuízo do debate político sobre os direitos em confronto. Como instituto jurídico, a conciliação tem servido para estimular a violação das normas protetivas do trabalho e contribuído sobretudo para o barateamento da força de trabalho (HILLESHEIM, 2016).

Pode-se vincular a tese defendida por Hillesheim (2016) ao período enfrentado atualmente da pandemia (Covid-19), observando que a estimulação de conciliações neste tempo de distanciamento e isolamento social também podem estar sendo constituído como um instrumento de negação de direitos que, segundo o autor, é um aspecto encoberto principalmente pelo discurso ideológico do acesso à justiça e da celeridade processual.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à justiça é assegurado constitucionalmente como dimensão processual, entretanto, para que seja concretizada de forma justa e efetiva, em sua dimensão mais ampla, deve-se observar a prestação de uma tutela jurisdicional justa, efetiva, tempestiva e com a participação efetiva das partes.

Para tanto, é necessário que haja a superação dos obstáculos econômicos e financeiros enfrentados. Os altos custos agem como uma barreira forte ao acesso à justiça. A introdução dos honorários de sucumbência ao ordenamento jurídico e a da restrição da gratuidade ao judiciário, colaboraram para o aumento do problema.

O acesso à assistência jurídica gratuita conjuntamente com a criação do instituto da Defensoria Pública foram meios de alavancar o acesso à justiça. Assim como, a criação do Ministério Público para representação dos direitos difusos da sociedade.

A questão do acesso à justiça em período de pandemia é complexa, pois o cenário do Poder Judiciário foi modificado brutalmente. As alternativas decorrentes do distanciamento social foram realizadas sem maiores precauções, o que gerou inseguranças para as partes.

Esta referida insegurança se dá porque grande parcela da população ainda se encontra desamparada no que diz respeito ao acesso a determinadas plataformas de comunicação virtual. Isto é vislumbrado na prática por meio da realização de audiências telepresenciais. Estas, não devem ser vistas como a solução geral para o problema do distanciamento social e a impossibilidade de realização de audiências presenciais e sim, como uma forma de ajudar a não deixar as demandas paralisadas, principalmente no âmbito da justiça do trabalho.

Fato que deve ser observado neste período de pandemia, é a realização da triagem adequada dos processos. Deve ser analisado minuciosamente quais demandas possuem potencial para se encaixar no formato virtual. Deve ser obrigatoriamente analisado, previamente, se existe possibilidade de acordo, qual a extensão da prova oral a ser produzida, se é possível a realização de prova emprestada e por fim, se há potencial para estabelecimento de negócio processual quanto à matéria probatória.

Os métodos alternativos de soluções de conflitos significam, em parte, uma elevação do acesso à justiça, considerando a conjunta conscientização de toda a

população a respeito destes métodos alternativos à via judicial. Porém, nem sempre estes métodos representam verdadeiros êxitos. É verificado que muitas partes aceitam a celebração de uma autocomposição, por exemplo, decorrente de necessidades de acelerar o processo.

Durante o período de pandemia, a taxa de realização de autocomposições manteve-se alta. Para soluções de litígios de forma célere, os referidos métodos foram efetivos. Entretanto, observando um viés subjetivo, podemos verificar que a prática de conciliações vem ganhando força pelo discurso do enfoque à agilidade da justiça, porém, vem prejudicando os direitos efetivamente pleiteados. Ela tem servido para estimular a violação das normas trabalhistas e contribuído para o barateamento da força de trabalho. Isto não deixa de ocorrer no período de pandemia, principalmente considerando que esta negação de direitos é encoberta pelo discurso ideológico do acesso à justiça e da celeridade processual.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Kleber Jorge. **A função promocional do direito na busca pela concretização das ordens e dos direitos sociais, à luz da teoria funcionalista de Bobbio**. Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa. V. 9. Nº. 01. p. 125-54. [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/252703892017090105>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2021.

BACAL, Eduardo A. Braga. **Acesso à justiça e a tutela dos interesses difusos**. Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP. Volume V. Periódico da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ, 2010.

BERNARDES, Livia H. P.; CARNEIRO, Yandria G. **As ondas de acesso à justiça de Mauro Cappelletti e o acesso transacional à justiça**. Vitória: Anais do III Congresso de Processo Civil Internacional, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 01 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 01 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de junho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1>. Acesso em: 01 de março de 2021.

BRASIL. **Processo Judicial Eletrônico - PJe**. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. [S.l.]. [S.d.]. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/processo-judicial-eletronico-pje/#:~:text=O%20PJe%20%C3%A9%20uma%20plataforma,Advocacia%20P%C3%BAblica%20e%20Defensorias%20P%C3%BAblicas>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

BRASIL. **Recomendação CSJT.GVP nº. 01/2020**. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília. 25 de março de 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/169693/2020_rec0001_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 de março de 2021.

BRASIL. **Recomendação nº. 036, de 11 de maio de 2020**. Conselho Nacional da Saúde. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020#:~:text=Conselho%20Nacional%20de%20Sa%C3%BAde%20%2D%20RECOMENDA%C3%87%C3%83O,11%20DE%20MAIO%20DE%202020>>. Acesso em: 14 de março de 2021.

BRASIL. **Resolução nº. 354, de 19 de novembro de 2020**. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. [S.l.]. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3579#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20regulamenta%20a,Eleitoral%2C%20bem%20como%20nos%20Tribunais>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

BRASIL. **Sobre a doença**. Ministério da Saúde. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 14 de março de 2021.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CARREIRA ALVIM, J. E. **Justiça**: acesso e descenso. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4078/justica-acesso-e-descenso>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do processo**. 15ª Edição. São Paulo: Malheiros, 1999.

Conciliação. TST - Tribunal Superior do Trabalho. Justiça do Trabalho. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/conciliacao>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

Conciliações na Justiça do Trabalho durante a pandemia garantem soluções equilibradas e segurança jurídica. Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT. Justiça do Trabalho. [S.l.], [S.d.]. Disponível em:

<http://www.csjt.jus.br/web/csjt/inicio/-/asset_publisher/E6rq/content/id/7718932>. Acesso em: 14 de março de 2021.

CORREIA, Patrícia Rita. **Justiça gratuita e a Reforma Trabalhista**: Restrições à garantia fundamental de acesso à justiça. [S.l.]: Revista Caderno Virtual, IDP, v. 2, n. 44, 2019.

DOSSO, Taisa Cintra. **A dimensão do direito ao acesso à justiça e os princípios da efetividade da jurisdição e da duração razoável do processo**. Curitiba: Revista de Cidadania e Acesso à Justiça, 2016.

DUARTE, Ronnie Preuss. **Garantia de Acesso à Justiça**: os direitos processuais fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

FIORAVANTE, Leonardo S. A. **A arbitragem como meio adequado e efetivo de acesso à justiça**. XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA. Acesso à Justiça II, 2015.

GAROFALO, Débora. **Tecnologia na Educação**: como enriquecer o currículo com a robótica. Nova Escola. [S.l.], 2018. Disponível em: <[https://novaescola.org.br/conteudo/12586/tecnologia-na-educacao-como-enriquecer-o-curriculo-com-a-robotica#:~:text=A%20professora%20D%C3%A9bora%20Garofalo%20explica,inclu%C3%AD%2Dlas%20em%20suas%20aulas&text=No%20lugar%20da%20lousa%2C%20giz,parafusos%2C%20furadeiras%2C%20componentes%20eletr%C3%B4nicos](https://novaescola.org.br/conteudo/12586/tecnologia-na-educacao-como-enriquecer-o-curriculo-com-a-robotica#:~:text=A%20professora%20D%C3%A9bora%20Garofalo%20explica,inclu%C3%AD%2Dlas%20em%20suas%20aulas&text=No%20lugar%20da%20lousa%2C%20giz,parafusos%2C%20furadeiras%2C%20componentes%20eletr%C3%B4nicos.)>. Acesso em: 07 de março de 2021.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state**: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Rev. Adm. Pública [online]. Vol. 40. N. 2. pp. 201-34. ISSN 1982-3134. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200003>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2021.

GONÇALVES, Tatiane de Oliveira. **Arbitragem em Contratos**: análise econômica. Nova Lima: Faculdades Milton Campos, 2010.

HILLESHEIM, Jaime. **Conciliação Trabalhista**: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

KEMP, Simon. **Digital in 2018**: World's internet users pass the 4 billion mark. 2018. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

LEONEL, Ricardo de Barros. **Tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES FILHO, Lourival Barão. **Audiência de instrução telepresencial trabalhistas: os 6 pilares necessários para sua realização e efetividade**. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/audiencia-de-instrucao-telepresencial-trabalhista-23052020>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 33ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MELO, Jeferson; HERCULANO, Lenir Camimura. **Demandas judiciais relativas à saúde crescem 130% em dez anos**. Agência CNJ de Notícias. [S.l.]. 18 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/demandas-judiciais-relativas-a-saude-crescem-130-em-dez-anos/>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade**. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

MOREIRA, Thiago M. Queiroz. **A criação da Defensoria Pública nos Estados: conflitos institucionais e corporativos no processo de uniformização do acesso à Justiça**. 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, 2016.

MULLER, J. G. **Tutela adequada, efetiva, tempestiva e justa (posições jurídicas para a concretização do acesso à justiça)**. In: LAMY, E. (Org.). *Processo civil em movimento: diretrizes para o novo CPC*. São Paulo: Conceito, 2013.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 5. ed.. Rev. e ampl.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NEVES, António Castanheira. **O Papel do Jurista no Novo Tempo**. Vol. 1. Coimbra: Digesta, 1995.

OTONI, Luciana. **Realidade na pandemia, sessões e audiência por videoconferência vieram para ficar, diz CNJ**. Agência CNJ de Notícias. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.trt9.jus.br/portal/noticias.xhtml?id=7018485>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

OTONI, Luciana. **Realidade na pandemia, sessões e audiências por videoconferência vieram para ficar, diz CNJ**. Agência CNJ de Notícias. Justiça do Trabalho - TRT da 9ª Região (PR). [S.l.]. 05 de agosto de 2020. Disponível em:

<<https://www.trt9.jus.br/portal/noticias.xhtml?id=7018485>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

ROBERT, Cinthia; SÉGUIN, Elida. **Direitos humanos, acesso à justiça**: um olhar da defensoria pública. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SADEK, Maria Tereza. **Judiciário**: mudanças e reformas. Estudos Avançados. V. 18. N. 51. pp. 79–101. [S.l.], 2004.

SALES, Lília M. M. CHAVES, Emmanuela, C. C. **Mediação e Conciliação Judicial** - A importância da Capacitação e de seus Desafios. Sequência (Florianópolis), n. 69, p. 255-280, dez. 2014.

SANCHES, Vanessa Karam de Chueiri; CALDAS, Camila Gabriela Greber. **Acesso à Justiça do Trabalho em tempos de pandemia**. Revista Consultor Jurídico - ConJur. [S.l.]. 20 de junho de 2020. Disponível em <<http://www.amatra9.org.br/artigo-acesso-a-justica-em-tempos-de-pandemia/>> Acesso em 07 de março de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHIAVI, Mauro. **A Reforma Trabalhista e o Processo do Trabalho**: aspectos processuais da Lei n. 13.467/17. Mauro Schiavi. 1. ed.. São Paulo: LTr Editora, 2017.

SCHIAVI, Mauro. **Manual De Direito Processual Do Trabalho**: de acordo com o novo CPC, Reforma Trabalhista – Lei n. 13.647/2017 e a IN n.41 do TST. 15ª Ed. São Paulo: LTr, 2018.

SCHIAVI, Mauro. **O novo código de processo civil e o princípio da duração razoável do processo**. São Paulo: [S.n.], 2015. Disponível em: <https://www.trt7.jus.br/escolajudicial/arquivos/files/busca/2015/NOVO_CPC_E_O_PRINCIPIO_DA_DURACAO_RAZOAVEL_DO_PROCESSO_-_Mauro.pdf>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2021.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 9ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2014.

SORRENTINO, Luciana Yuki Fugishita; NETO, Raimundo Silvino da Costa. **O Acesso digital à Justiça - A imagem do Judiciário Brasileiro e a prestação jurisdicional nos novos tempos**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2020/o-acesso-2013-digital-2013-a-justica-a-imagem-do-judiciario-brasileiro-e-a-prestacao-jurisdicional-nos-novos-tempos>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

SOUZA, G. A. Processo e acesso à justiça. In: SIQUEIRA, D. P.; OLIVEIRA, F. L. (Orgs.). **Acesso à justiça: uma perspectiva da democratização da administração da justiça nas dimensões social, política e econômica**. Birigui (SP): Boreal, 2012.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; FINGER, Brunize Altamiranda. **A justiça Constitucional e a questão prioritária de Constitucionalidade: uma reforma que virou revolução constitucional**. Volume 13. Nº. 72. Porto Alegre: RDU, 2016.

Tempo de Tramitação na Justiça do Trabalho. TST - Tribunal Superior do Trabalho. Justiça do Trabalho. [S.l.], [S.d.]a. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/prazos>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2021.

TOKARNIA, Mariana. **Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa**: número representa 46 milhões que não acessam a rede. Agência Brasil. 29 de abril de 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

VILELA, Marcelo D. G. **Arbitragem no Direito Societário**. Belo Horizonte: Ed. Mandamentos, 2004.

WARAT, Luis Alberto; MEZZAROBIA, Orides. **Surfando na pororoca**: O ofício mediador. Florianópolis: Boiteux, 2004.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à ordem jurídica justa** (Conceito atualizado de acesso à justiça) Processos coletivos e outros estudos. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2019.